

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
ATIVO	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	428.832	309.064	CIRCULANTE	433.602
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	19.341	4.632	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15e)	47.436
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 14a)	299.453	214.319	Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 10d)	386.085
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d)	62.134	35.554	Outras Obrigações	81
Valores a Receber (Nota 6)	47.904	54.559	NÃO CIRCULANTE	6.669
NÃO CIRCULANTE	10.733.863	8.969.055	Provisão para Impostos e Contribuições	1.104
Realizável a Longo Prazo	158.621	133.573	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 9)	5.565
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d)	106.948	93.221	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.722.424
Depósitos Judiciais	2.212	2.131	Capital Social (Nota 10a)	4.450.000
Créditos Tributários (Nota 15c)	49.461	38.221	Reservas de Lucros (Nota 10c)	5.397.218
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 7)	10.495.445	8.755.685	Outros Resultados Abrangentes	875.206
Intangível (Nota 8)	79.797	79.797	TOTAL	11.162.695
TOTAL	11.162.695	9.278.119	TOTAL	9.278.119

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011		2012	2011
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.344.703	1.401.243	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.344.703	1.401.243
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	1.370.537	1.415.906	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.344.703	1.401.243
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 13)	11.218	10.900	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(8.273)	(7.991)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(36.439)	(25.276)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.370.537)	(1.415.906)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	(613)	(287)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(8.273)	(7.991)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.344.703	1.401.243	Lucro Líquido Ajustado	(34.107)	(22.654)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15)	11.213	7.896	Redução em Ativos	11.482	100.716
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.355.916	1.409.139	Aumento em Outras Obrigações	33.513	24.744
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 10b)	2,54	2,70	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	10.888	102.806
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 10b)	2,54	2,70	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(193.392)	(355.801)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais										
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados	Ações	Lucros	Totais	Capital Social			Totais
							Legal	Estatutária	Abrangentes	
Saldos em 31.12.2010	3.466.700	(266.700)	377.808	3.765.521	277.687	(73.966)	-	-	-	7.547.050
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.409.139	-	-	1.409.139
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5.784	-	-	-	-	5.784
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.414.923
Integralização de Capital Social (Nota 10a)	-	266.700	-	-	-	-	-	-	-	266.700
Capital Social a Integralizar	223.100	(223.100)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 10a)	353.300	-	-	(353.300)	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	(73.966)	-	-	73.966	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	-	70.457	1.062.682	-	-	-	-	(1.133.139)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(276.000)	-
Saldos em 31.12.2011	4.043.100	(223.100)	448.265	4.400.937	283.471	-	-	-	-	8.952.673
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.355.916	-	-	1.355.916
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	591.735	-	-	-	-	591.735
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.947.651
Integralização de Capital Social (Nota 10a)	-	223.100	-	-	-	-	-	-	-	223.100
Capital Social a Integralizar (Nota 17)	324.000	(324.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 10a)	406.900	-	-	(406.900)	-	-	-	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	-	67.796	887.120	-	-	-	-	(954.916)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(401.000)	-
Saldos em 31.12.2012	4.774.000	(324.000)	516.061	4.881.157	875.206	-	-	-	-	10.722.424

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				h) Patrimônio líquido	
	Exercícios findos em 31 de dezembro		(i) Lucro por ação		
	2012	2011			
Lucro Líquido	1.355.916	1.409.139			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	591.735	5.784			
Total do Resultado Abrangente	1.947.651	1.414.923			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Nova Cidade de Deus Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras empresas, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, e são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos instrumentos financeiros
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Passivos financeiros
A companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

d) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 6.

e) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas, são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.

f) Ativos intangíveis
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.
Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.
Ágio (Goodwill)
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Companhia sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
A Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2012 e de 2011, não houve perda por *impairment*.

(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico esta demonstrado na Nota 10b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre variação monetária dos depósitos judiciais é registrada na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da base negativa e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A despesa com imposto de renda é composta do imposto corrente, resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social estão apresentados na Nota 15.

k) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

l) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/ indiretos, do Banco Bradesco S.A. e da Bradespar S.A., os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

continua

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	8
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	4
CONSTRUDECOR S.A.	12
NCF PARTICIPACOES S.A.	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	2
TITANIUM HOLDINGS S.A.	10

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão;

Nível 2
Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio; e

Nível 3
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no Capital Social	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações (1) (3)	9.700.000	22.352.594	2.950.145	3.057	-	44,91%	10.038.550	8.353.437	1.324.910	1.357.943
Banco Bradesco S.A. (1) (4)	30.100.000	70.202.143	10.976.429	4.278	991	0,14%	98.283	81.732	15.367	15.386
Bradespar S.A. (1) (4)	3.900.000	9.282.174	454.638	1.675	728	0,69%	64.047	62.433	3.137	14.369
Titanium Holdings S.A. (1)	250.000	580.394	53.596	37.056	-	50,00%	290.197	254.659	26.798	27.825
NCF Participações S.A. (1)	4.019.189	5.460.000	406.250	1.606	-	0,08%	4.368	3.424	325	383
Total							10.495.445	8.755.685	1.370.537	1.415.906

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31.12.2012;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Banco Bradesco S.A. (23,81%) e na Bradespar S.A. (12,93%); e

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 28 de março de 2013 e em 20 de março de 2013, respectivamente.

8) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 79.797 em 2012 e 2011, fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 75.751 decorrentes de ações do Banco Bradesco S.A. e R\$ 4.046 da Bradespar S.A., os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

1 - Movimentação das Provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do período	5.381	5.142
Atualizações monetárias	184	239
No final do período	5.565	5.381

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2012 e 2011, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias - classe "A" (I)	242.749.097	236.548.446
Ordinárias - classe "B" (II)	18.212.138	17.746.937
Preferenciais	276.524.008	269.460.629
Total	537.485.243	523.756.012

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de fevereiro de 2011, deliberou-se pelo cancelamento de 4.194.859 ações preferenciais, nominativas-escriturais, sem valor nominal, existentes em tesouraria, representativas, sem redução do Capital Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de fevereiro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 266.700, mediante a emissão de 19.865.034 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 9.644.923 ordinárias, das quais 8.971.817 da classe "A" e 673.106 da classe "B" e 10.220.111 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de abril de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 353.300, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 08 de março de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 223.100, mediante a emissão de 13.729.231 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 6.665.852 ordinárias, das quais 6.200.651 da classe "A" e 465.201 da classe "B" e 7.063.379 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de abril de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 406.900, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 2012, foi de R\$ 2,54 (2011 - R\$ 2,70), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.355.916	1.409.139
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	534.053	521.144
Lucro por lote de mil ações básicas atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais)	2,54	2,70

c) Reservas de Lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre capital próprio, relativo ao exercício de 2012, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	1.355.916	
Reserva legal	(67.796)	
Base de cálculo	1.288.120	
Juros sobre o capital próprio provisionados (3)	401.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(14.915)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2012	386.085	30,0
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2011	234.600	17,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio aplicado sobre a base de cálculo;

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos; e

(3) Em Reunião da Diretoria, realizada em 21 de dezembro de 2012, deliberou-se aprovar o pagamento aos acionistas da sociedade de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$ 401.000, com base no resultado do exercício de 2012.

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
COFINS	29.933	20.325
PIS	6.499	4.413
IOf	7	538
Total	36.439	25.276

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços prestados por terceiros	471	127
Editais e publicações	100	122
Outras	42	38
Total	613	287

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A.

("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Bancos - conta corrente	9	13
Fundos de Investimentos Financeiros (1)	19.332	4.619
Total	19.341	4.632

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco.

6) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Contratos de Mútuo (1)	47.723	50.656
Outros (2)	181	3.903
Total	47.904	54.559

(1) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimentos até janeiro de 2016; e

(2) Em 2011, refere-se, basicamente, a alienação de ações da BBD Participações S.A., acrescido da variação do Depósito interbancário - DI, vencida em janeiro de 2012.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906); e

"Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2013.

Diretoria



Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2012	2011		2012	2011
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	428.832	309.664	CIRCULANTE	433.602	318.988
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	19.341	4.832	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15e)	47.436	22.925
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 14a)	299.453	214.319	Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 10d)	386.085	265.734
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15c)	62.134	35.554	Outras Obrigações	81	30.329
Valores a Receber (Nota 6)	47.904	64.550		8.669	6.458
NÃO CIRCULANTE	10.733.863	8.969.055	NÃO CIRCULANTE	1.104	1.077
Realizável a Longo Prazo	158.821	133.573	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 9)	5.565	5.381
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15c)	106.948	93.221	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.722.424	8.952.673
Depósitos Judiciais	2.212	2.121	Capital Social (Nota 10a)	4.500.000	3.820.000
Créditos Tributários (Nota 15c)	49.461	38.221	Reservas de Lucros (Nota 10c)	5.307.210	4.845.202
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 7)	10.495.445	8.755.685	Outros Resultados Abrangentes	875.206	283.471
Intangível (Nota 8)	79.797	79.797		11.162.695	9.278.119
TOTAL	11.162.695	9.278.119	TOTAL	11.162.695	9.278.119

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.344.703	1.401.243
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	1.370.537	1.415.906
Resultado com Abav/Reserva Financeira (Nota 13)	11.218	19.900
Despesas Tributárias (Nota 11)	(36.439)	(25.276)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	(613)	(287)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.344.703	1.401.243
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15)	11.213	7.896
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.355.916	1.409.139
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 10b)	11,21	14,09
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 10b)	2,54	2,70

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.344.703	1.401.243
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.370.537)	(1.415.906)
Ajustes do Lucro Líquido antes dos Impostos	(24.107)	(7.994)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	11.482	100.716
Lucro Líquido Ajustado	235.513	287.744
Redução em Ativos	10.888	102.806
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(193.392)	(355.801)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	3.726	-
Aquisição	236.121	308.050
Alienação de Investimentos	16.455	(47.741)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	223.100	266.700
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(42.634)	(51.628)
Aumento de Capital	14.709	4.039
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	4.832	593
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	19.341	4.632
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.709	4.039

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
	Integral	Legal	Reservadas	Reservadas				
Saldos em 31.12.2010	3.466.700	(268.700)	377.808	3.765.521	277.687	-	1.747.050	7.406.136
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	5.784	-	1.409.139	1.409.139
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	1.414.923
Integração de Capital Social (Nota 10a)	223.100	266.700	-	-	-	-	-	266.700
Capital Social a Integralizar	223.100	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 10a)	353.300	-	(353.300)	-	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	73.996	-	-
Destinações - Reservas	-	-	70.457	1.062.682	-	-	(1.133.139)	-
Destinações - Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(276.000)	(276.000)
Saldos em 31.12.2011	4.043.100	(223.100)	448.265	4.400.937	283.471	-	1.855.916	8.952.673
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	591.735	-	1.355.916	1.355.916
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	1.847.651
Integração de Capital Social (Nota 10a)	-	223.100	-	-	-	-	-	223.100
Capital Social a Integralizar (Nota 7)	324.000	(324.000)	-	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 10a)	406.900	-	(406.900)	-	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	-	67.796	887.120	-	-	(954.916)	-
Destinações - Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(401.000)	(401.000)
Saldos em 31.12.2012	4.774.000	(324.000)	516.061	4.881.157	875.206	-	2.107.424	10.722.424

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro Líquido	1.355.916	1.409.139
Ajuste de Avaliação Patrimonial	591.735	5.784
Total do Resultado Abrangente	1.947.651	1.414.923

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras empresas, especialmente, das que detêm, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.538/07 e pelas alterações nºs 3 e 8 da Lei nº 11.941/09, não tendo efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2012, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.538/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 15.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de investimento, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo, ou são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos instrumentos financeiros
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia gereira tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da aquisição de tais ativos, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por meio do resultado pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem investimentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Passivos financeiros
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

d) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber está apresentada na Nota 6.

e) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeito do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou perdas são avaliados a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas, são eliminados na medida da participação da empresa e períodos não realizados também são eliminados, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas está apresentada na Nota 7.

f) Ativos Intangíveis
Ativos Intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos Intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao valor líquido recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso sejam reconhecidos tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Agio (Goodwill)
O agio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O agio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O agio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o agio da aquisição de coligadas é reconhecido no valor dos investimentos em coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Companhia sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2012 e de 2011, não houve perda por impairment.

h) Patrimônio líquido
(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 10b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

(iii) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da perda.

7) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e correspondem, no exercício, a um resultado de R\$ 1.370.537 (2011 - R\$ 1.415.906) e
b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado Ajustado		Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)		
	2012	2011	2012	2011	ON	PN	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
Cidade de Deus Cia. Clal. de Participações (1) (3)	9.700.000	22.352.594	2.950.145	10.038.550	0,057	-	44,91%	10.038.550	8.353.437	3.200	1.587.943
Banco Bradesco S.A. (1) (4)	30.100.000	70.202.143	10.976.429	4.875	991	991	0,14%	98.283	81.732	15.367	15.386
Bradespar S.A. (1) (4)	3.900.000	9.282.174	454.538	1.678	728	728	0,69%	64.047	62.433	3.137	14.369
Titanium Holdings S.A. (1)	250.000	580.384	37.056.394	200.197	200.197	200.197	50,00%	254.659	254.659	28.798	27.825
NCF Participações S.A. (1)	4.019.189	5.460.000	406.250	1.606	-	-	0,08%	4.368	3.424	325	383
TOTAL								10.495.445	8.755.685	1.370.537	1.415.906

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de demonstração.
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis.
(3) Os principais ativos da Cidade de Deus - Companhia Controladora de Participações referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Banco Bradesco S.A. (28,81%) e na Bradespar S.A. (12,93%).
(4) As demonstrações contábeis de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2012 e em 20 de março de 2013, respectivamente.

8) INTANGÍVEL
O intangível corresponde ao agio de R\$ 79.797 em 2012 e 2011, fundamentado na maior-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 75.775 de diferença de ações do Banco Bradesco S.A. e R\$ 4.046 da Bradespar S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
a) Ativos Contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da perda.
Em 2012 e 2011, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

10) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Provisões monetárias	5.381	5.312
Provisões contingentes classificadas como perdas possíveis	184	239
Total	5.565	5.551

11) CONTINGÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO PERDAS POSSÍVEIS
A Companhia não possui um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com o expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
Em 2012 e 2011, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias - classe "A" (I).....	242.749.007	236.548.446
Ordinárias - classe "B" (II).....	18.212.138	17.746.937
Preferenciais.....	276.524.008	269.460.629
Total	527.485.243	523.756.012

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controladora"; e (II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfizessem os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de fevereiro de 2011, deliberou-se pelo cancelamento de 4.194.859 ações preferenciais, nominativas-escriturais, sem valor nominal, existentes em tesouraria, representativas, sem redução do Capital Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de fevereiro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 266.700, mediante a emissão de 19.855.034 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 9.544.923 ordinárias, das quais 8.971.817 da classe "A" e 673.106 da classe "B" e 10.310.111 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de abril de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 353.300, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 08 de março de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 223.100, mediante a emissão de 13.729.221 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 6.665.852 ordinárias, das quais 6.200.651 da classe "A" e 465.201 da classe "B" e 7.063.379 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de abril de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 406.900, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

a) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 2012, foi de R\$ 2,54 (2011 - R\$ 2,70), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	1.355.916	1.409.139
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	534.053	521.144
Lucro por lote de mil ações básicas atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais).....	2,54	2,70

c) Reservas de Lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado;

(III) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre capital próprio, relativo ao exercício de 2012, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (I)
Lucro líquido do exercício.....	1.355.916	
Reserva legal.....	(67.796)	
Base de cálculo	1.288.120	
Juros sobre o capital próprio provisionados (3).....	401.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2).....	(14.915)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2012	386.085	30,0
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2011.....	234.600	17,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio aplicado sobre a base de cálculo;

(2) Não contempla o imposto de renda retido na fonte, referente aos Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos; e

(3) Em Reunião da Diretoria, realizada em 21 de dezembro de 2012, deliberou-se aprovar o pagamento aos acionistas da sociedade de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$ 401.000, com base no resultado do exercício de 2012.

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
COFINS.....	29.933	20.325
PIS.....	6.489	4.413
IOF.....	7	538
Total	36.429	25.276

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços prestados por terceiros.....	471	127
Ediais e publicações.....	100	127
Outras.....	42	38
Total	613	287

Diretor-Presidente
Lázaro de Melo Brandão

Diretor Vice-Presidente
Antônio Borria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

13) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Juros ativos, líquido dos juros passivos.....	8.319	8.486
Recebimento de aplicações financeiras.....	2.999	2.414
Total	11.218	10.900

14) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Bancos:		
Banco Bradesco S.A.....	9	13
Bradesco S.A.....	47.723	480
BBD Participações S.A.....	-	50.657
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber(pagar):		
Cidade de Deus Cia. Clal de Participações.....	296.413	387.500
Titanium Holdings S.A.....	254	-
NCF Participações S.A.....	3	135
Bradesco S.A.....	-	1.896
Banco Bradesco S.A.....	2.783	4.368
Fundação Bradesco.....	(301.588)	(301.588)
BBD Participações S.A.....	(84.517)	(99.432)
Outras obrigações:		
Cidade de Deus Cia. Clal de Participações.....	(281)	(30.232)
Remuneração do pessoal-chave da Administração		
Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.		

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	1.344.703	1.471.243
Encargo tipo do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(457.199)	(476.425)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	465.982	481.409
Juros sobre o capital próprio a pagar.....	136.340	93.840
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(133.910)	(90.930)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	11.213	7.896

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(27)	(35)
Subtotal.....	(27)	(35)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	(8)	2
Constituição no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	11.246	7.929
Subtotal.....	11.246	7.931
Imposto de renda e contribuição social do exercício	11.213	7.896

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro	
	2011	2012
Provisões fiscais.....	273	11.057
Outras provisões.....	38	27
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	311	11.084
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	37.910	189
Total dos créditos tributários	38.221	11.273
Obrigações fiscais diferidas.....	(1.077)	(27)
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	37.144	11.246

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Em 2012 e 2011, a Companhia não possuía créditos tributários não registrados.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 62.134 (2011 - R\$ 35.554) e no passivo circulante, no montante de R\$ 106.948 (2011 - R\$ 93.221), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 47.436 (2011 - R\$ 22.925), referem-se, PIS - R\$ 5.801 (2011 - R\$ 4.089), COFINS - R\$ 26.720 (2011 - R\$ 18.938), IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 14.915.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2012 e 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

17) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 07 de março de 2013, deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 324.000, mediante a emissão de 16.031.667 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 20,21 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

DIRETORIA

Mário da Silveira Teixeira Júnior
Luiz Carlos Tribuço Cappi
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Julio de Siqueira Carvalho de Araujo
Domingos Figueiredo de Abreu

José Alcides Munhoz
Aurélio Conrado Bori
Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
Marco Antonio Rossi

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP2013090-6



Coreia do Sul e Estados Unidos em alerta máximo

Motivo: a Coreia do Norte pode lançar míssil 'a qualquer momento'.

A Coreia do Sul e os Estados Unidos elevaram ontem seu nível de alerta para "ameaça vital", com base em indícios de que a Coreia do Norte pode disparar um míssil "a qualquer momento". A tensão aumenta na península coreana a menos de uma semana do nascimento do fundador da Coreia do Norte, Kim Il-sung.

O chanceler sul-coreano, Yun Byung-se, disse que seu país havia pedido à China e à Rússia para interceder junto à Coreia do Norte a fim de amenizar as tensões, que se agravaram desde que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) impôs novas sanções a Pyongyang, em fevereiro, por causa do seu terceiro teste com armas atômicas.

Em Washington, o secretário de Defesa dos EUA, Chuck Hagel, disse que a Coreia do Norte está chegando perto de uma "li-

nha perigosa" com suas ameaças contra os EUA e a Coreia do Sul, e alertou que as forças norte-americanas estão preparadas para responder a qualquer movimento de Pyongyang.

"A Coreia do Norte está, com sua retórica belicosa... chegando muito perto de uma linha perigosa. Suas ações e palavras não ajudam a acalmar uma situação inflamável", disse Hagel em entrevista coletiva no Pentágono.

A tese foi reforçada ontem após o fim do prazo dado por Pyongyang para os corpos diplomáticos estrangeiros saírem do país. A recomendação foi feita na última sexta-feira, mas não foi considerada pelos 24 países que mantêm relações diplomáticas com o país comunista, incluindo o Brasil.

Japão - Ontem, o alvo da retórica norte-coreana foi o Ja-

O comando conjunto das Forças Armadas dos Estados Unidos e da Coreia do Sul elevou de 3 para 2 o seu nível de alerta, identificando nas ações norte-coreanas uma "ameaça vital". O nível 2 escala é sinônimo de guerra e é adotado em tempos de paz.

Na semana passada, Seul e Washington afirmaram ter detectado a movimentação de mísseis para a costa leste da Coreia do Norte, dando início à expectativa em torno de um teste iminente.

A tese foi reforçada ontem após o fim do prazo dado por Pyongyang para os corpos diplomáticos estrangeiros saírem do país. A recomendação foi feita na última sexta-feira, mas não foi considerada pelos 24 países que mantêm relações diplomáticas com o país comunista, incluindo o Brasil.

Japão - Ontem, o alvo da retórica norte-coreana foi o Ja-

política dura dos EUA de reprimir com a força das armas", publicou em editorial o jornal *Rodong Sinmundo*, pertencente ao partido único norte-coreano.

A maioria dos analistas diz que Pyongyang não tem a intenção de iniciar um conflito que poderia levar à própria destruição, mas alerta para os riscos decorrentes de um eventual erro de cálculo na península coreana, um dos lugares mais militarizados do planeta.

Festejos - Enquanto o mundo se prepara para um lançamento provocativo de um míssil norte-coreano, com o noticiário internacional narrando o aumento das tensões na região, o centro da tempestade perma-

nece estranhamente calmo.

O foco de Pyongyang ontem estava menos na preparação da guerra e mais no embelezamento da capital, por ocasião de várias datas cívicas de seu regime nos próximos dias.

Entre elas, a principal comemoração nacional, no próximo dia 15, quando a Coreia do Norte marca o nascimento do fundador do Estado, Kim Il-sung, avô de Kim Jong-un.

A TV estatal norte-coreana mostrou concentrações populares, inclusive de mulheres em trajes tradicionais, escutando discursos, depositando flores em monumentos e participando de um concurso culi-

nário. (Agências)

IGUALDADE VENEZUELA

Uruguai legaliza casamento entre pessoas do mesmo sexo

Venezuela Opositor Capriles diz que Argentina deve US\$ 13 bil por convênios petrolíferos

KCNA/Reuters



Em Pyongyang, norte-coreanos se preparam para vários feriados em homenagem à dinastia Kim.

pão. O regime de Kim Jong-un ameaçou transformar o Japão em um "campo de batalha", com possíveis ataques a suas principais cidades, entre elas Tóquio, Osaka e Kyoto, casos japoneses produzem movimentos que provoque o início de um conflito armado.

Na terça-feira passada, perante a possibilidade de Pyongyang realizar testes de mísseis, o Japão desdobrou no centro de Tóquio vários sistemas antimísseis. Ontem, o ministro da Defesa, Itsunori Onodera, inspecionou as unidades.

"O atual regime japonês está optando pelo risco militar, intensificando sua política hostil à Coreia do Norte, em linha com a

política dura dos EUA de reprimir com a força das armas", publicou em editorial o jornal *Rodong Sinmundo*, pertencente ao partido único norte-coreano.

A maioria dos analistas diz que Pyongyang não tem a intenção de iniciar um conflito que poderia levar à própria destruição, mas alerta para os riscos decorrentes de um eventual erro de cálculo na península coreana, um dos lugares mais militarizados do planeta.

Festejos - Enquanto o mundo se prepara para um lançamento provocativo de um míssil norte-coreano, com o noticiário internacional narrando o aumento das tensões na região, o centro da tempestade perma-

Osasco, 10 de abril de 2013

Zeniko Nakassato
Contador CRC 1SP1637690-6